

1 **MINUTA DE ATA DO 2º WORKSHOP SOBRE O PLANO DA BACIA**
2 **HIDROGRÁFICA LITORÂNEA – SOCIEDADE CIVIL**

- 3 1. Abertura
4 2. Apresentação dos participantes
5 3. Apresentação sobre o andamento do Plano da Bacia Hidrográfica Litorânea,
6 pela consultora COBRAPE:
7 • O que é um Plano de Bacia
8 • Lista de produtos
9 • Balanço hídrico e cenários
10 • Proposta de enquadramento
11 4. Discussões
12 5. Encerramento

13 Aos 29 dias de agosto de 2018, às 09h00min, na Sala do Conselho da Autoridade
14 Portuária do Porto de Paranaguá, iniciou-se o 2º Workshop sobre o Plano da Bacia
15 Hidrográfica Litorânea, destinado a Sociedade Civil, reunindo os seguintes
16 representantes: JULIANO DOBIS, da Associação MarBrasil; PRISCILA
17 CAVALCANTE, do Ministério Público do Paraná - MPPR; FELIPE PINHEIRO, da
18 Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina -
19 ADEMADAN; CAROLINE WILLRICH, da Fundação Nacional do Índio - FUNAI;
20 EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, ENÉAS DE SOUZA MACHADO, KAROLLYNE
21 DE ABREU TERNOSKI, TATIANA AKEMI SAKAGAMI, LOURIVAL NEVES JUNIOR,
22 TIAGO BACOVIS, do Instituto das Águas do Paraná - ÁGUASPARANÁ; CHRISTINE
23 XAVIER, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP; PAULO HENRIQUE CARNEIRO
24 MARQUES, GUSTAVO SANTOS ELSTE, da Universidade Federal do Paraná -
25 UFPR, ARLINEU RIBAS, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
26 Ambiental - ABES; GISLAINE GARCIA DE FARIA, do Instituto Federal do Paraná -
27 IFPR; FERNANDO JOSÉ DIAS CARNEIRO, CLAUDEMAR DO ROSÁRIO
28 ALMEIDA, da Prefeitura Municipal de Antonina; SIMONE DA ROCHA LIMA TANUS,
29 da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA; BRUNA
30 KIECHALOSKI MIRÓ TOZZI, RODOLPHO HUMBERTO RAMINA, CAMILA DE
31 CARVALHO ALMEIDA DE BITENCOURT, ANDREIA SCHYPULA, da Companhia
32 Brasileira de Projetos e Empreendimentos - COBRAPE; CAIO PAMPLONA, CESAR
33 A. C. HORIE, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade -
34 ICMBio; RAPHAEL ROLIM DE MOURA, MERCEDES M. C. FIGUEIREDO VILLA,
35 ÁTILA SHIROMA DE SOUZA, VINICIUS Y. HIGASHI da Secretaria Municipal de
36 Meio Ambiente de Paranaguá – SMMA/PMP; EDNEI B. NASCIMENTO, do Instituto
37 Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER; THIAGO V. T.
38 OCCHI, da Universidade Federal do Paraná – UFPR; ROBERTSON F. DE
39 AZEVEDO, do Ministério Público do Paraná – MPPR; FERNANDO RODERJAN, da
40 PARANAGUÁ SANEAMENTO; NEIVA CRISTINA RIBEIRO, KÁTIA C.
41 NAKANDAKARE, da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR; MAGNO
42 FERNANDES DOS SANTOS, da PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA. O
43 presidente do CBHL, o Sr. ARLINEU RIBAS, deu início à reunião, dando as boas
44 vindas a todos e realizando a leitura da pauta. O Sr. EVERTON LUIZ DA COSTA
45 SOUZA, do ÁGUASPARANÁ, destacou que o objetivo do workshop é apresentar o
46 desenvolvimento do plano de bacia e ampliar a discussão desse plano, à sociedade
47 civil. Informou que realizou-se um workshop com o poder público e que será
48 realizado um com os usuários. Na sequência o SR. ARLINEU RIBAS requisitou a
49 apresentação dos participantes. Realizado a apresentação dos presentes passou-se
50 ao **item 3 da pauta - Apresentação sobre o andamento do Plano da Bacia**
51 **Hidrográfica Litorânea, pela consultora COBRAPE**, a eng^a. BRUNA TOZZI,
52 coordenadora técnica do projeto, abordou os seguintes aspectos: definição e
53 arcabouço legal de um Plano de Bacia; status de andamento do PBHL; aditivo de
54 prazo para continuidade do trabalho; listagem de produtos entregues e aprovados
55 pela Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTINS) e Comitê; demandas e
56 disponibilidades hídricas e balanços hídricos. O eng^o Rodolpho Ramina, da
57 COBRAPE, explanou sobre os cenários, abordando: cenários como um estudo

58 prospectivo e ferramenta de apoio para implementação efetiva dos instrumentos de
59 gestão (outorga, enquadramento, recomendações), e tomadas de decisões; quais
60 alternativas de cenários foram estudadas, considerando diversas variáveis; vazões
61 de referência adotadas e suas implicações; tipos de cenários aplicados na Bacia
62 Litorânea (tendências e alternativos); e especificidades da região, como população
63 flutuante. Encerrou sua fala, dizendo que não havia novidade alguma nos cenários,
64 pois todos eles apontavam para um agravamento de situações já críticas e em
65 lugares recorrentes, devido à fragilidade do sistema de gestão de recursos hídricos,
66 como um todo. Para tratar do enquadramento, a eng^a Camila, da COBRAPE,
67 assumiu a palavra. Os principais tópicos apresentados foram: aspectos legais do
68 enquadramento; usos preponderantes; diretrizes do enquadramento adotadas na
69 Bacia Litorânea (BHL); caracterização da qualidade da água; hidrografia selecionada
70 revisada e dividida em trechos; identificação dos principais usos e fontes de poluição
71 na bacia; estimativas de cargas de DBO; proposta de enquadramento e programa de
72 efetivação. Destacou a importância do Comitê para deliberar questões sobre: o
73 lançamento de efluentes, pois isso não estava claro na Resolução CONAMA 357/05;
74 as vazões de referência e seleção de parâmetros para a proposta de
75 enquadramento. Ressaltou que era o uso preponderante que estabeleceria a classe
76 do rio, e não o contrário. Ao final de sua apresentação, frisou que, no geral, a água
77 apresentava boa qualidade, devido à BHL abranger muitas Unidades de
78 Conservação, porém, apesar disso, em locais já críticos, como Paranaguá, Matinhos
79 e Guaratuba, haveria agravamento da baixa qualidade da água, devido à baixa
80 declividade e problema de diluição das cargas poluidoras, sobretudo. Terminada as
81 apresentações passou-se ao **item 4 da pauta - discussões**. O Sr. CAIO
82 PAMPLONA da ICMBio, questionou se as ilhas localizadas no litoral paranaense
83 estão englobadas no Plano da Bacia Litorânea. A Sra. Caroline Willrich, da FUNAI
84 complementou a questão lembrando que os rios continentais que desembocam
85 nessas ilhas, acabam influenciando o ecossistema da mesma. O Sr. EVERTON
86 LUIZ DA COSTA SOUZA, do ÁGUASPARANÁ, informou que esse primeiro Plano da
87 Bacia Litorânea abrange apenas a área continental, e espera-se que os benefícios
88 das intervenções realizada na bacia se reflitam inclusive nas situações das ilhas.
89 Lembrou que nada impede que em revisões futuras as ilhas possam fazer parte do
90 Plano. A eng^a BRUNA TOZZI, comunicou que é complicado incluir na questão de
91 planejamento do Plano as ilhas, citou como exemplo que a parte de disponibilidade
92 hídrica e a parte da demanda necessitariam de um estudo diferenciado. O Sr.
93 FELIPE PINHEIRO, da ADEMADAN, lembrou que a PORTARIA SUREHMA
94 N°005/89 DE 06 DE SETEMBRO DE 1989, é a normativa vigente que regulamenta o
95 enquadramento na Bacia Litorânea. O Sr. EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, do
96 ÁGUASPARANÁ, inteirou que o objetivo do Plano de Bacia é realizar o
97 reenquadramento dos cursos d'águas no Litoral, conforme o uso preponderante da
98 água atualmente, e desse modo realizar uma projeção da qualidade da água que se
99 deseja até a data determinada do Plano de 2035. Informou que o controle social
100 para a definição do enquadramento é muito importante para que a sociedade e os
101 municípios possam observar as melhorias na Bacia, e destacou que esse controle
102 social é realizado conforme as decisões tomadas pelo Comitê de Bacia. A eng^a
103 CAMILA BITENCOUT, da COBRAPE, e o Sr. ENÉAS DE SOUZA MACHADO, do
104 ÁGUASPARANÁ, informaram que a Portaria Surehma n°005/89 foi elaborada em
105 base na Resolução do CONAMA n°20, de 18 de junho de 1986, que não é mais
106 vigente, e desse modo se faz necessário a atualização do enquadramento de acordo
107 com o uso preponderante da água, as condições atuais da bacia e a legislação
108 vigente. O Sr. EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, do ÁGUASPARANÁ, lembrou
109 que é importante a participação dos municípios no processo de gestão da Bacia, e
110 informou que os municípios devem estar cientes da poluição difusa gerada. A eng^a
111 CAMILA BITENCOUT, da COBRAPE, informou que a questão da poluição difusa é
112 muito discutida dentro dos Planos de Bacias e no meio acadêmico, por haver muita
113 controversa de como realmente estimar a carga difusa; portanto é importante a
114 participação dos municípios na geração e disponibilização de dados que possa

115 contribuir para o cálculo da poluição difusa para uma futura revisão do Plano e do
116 Enquadramento. A Sra. CHRISTINE XAVIER, do IAP, sugeriu incluir outros
117 parâmetros de qualidade de água, além dos DBO, para caracterizar os cursos
118 d'águas e para futuramente serem indicadores do enquadramento. A eng^a CAMILA
119 BITENCOUT, da COBRAPE, esclareceu que por lei a DBO é o parâmetro de
120 classificação para o enquadramento, mas que na proposta de rede de
121 monitoramento será sugerido outros parâmetros de controle de qualidade de água.
122 O Sr. CAIO PAMPLONA, informou que as Reservas Particulares do Patrimônio
123 Natural - RPPN, no Estado do Paraná são consideradas áreas de Proteção Integral
124 determinado pelo DECRETO Nº 1529 de 02 de outubro de 2007, e pediu que essas
125 áreas fossem incluídas no Plano. A Sra. CAROLINE WILLRICH, da FUNAI;
126 questionou por que não foram inclusas todas as áreas indígenas localizada na Bacia
127 Litorânea no Plano. A eng^a. BRUNA TOZZI, da COBRAPE, informou que é
128 considerado as áreas indígenas que tem suas áreas delimitadas através dos
129 decretos federais, tendo suas delimitações georreferenciadas. Informou também que
130 nas atualizações do Enquadramento pode ser incluso áreas de proteção que foram
131 criadas posteriormente ao atual Enquadramento. A seguir, não havendo mais
132 assuntos a serem tratados, às 11h30min ,o presidente do CBHL, Arlineu Ribas,
133 agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião (**item 5**), da qual eu,
134 ENÉAS DE SOUZA MACHADO, Secretário Executiva do Comitê, lavrei a presente
135 ata, em Curitiba, aos 29 dias de agosto de 2018.

136

137

138

139

Arlineu Ribas

140

Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea

141

142

Enéas Souza Machado

143

Secretário Executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea